

RESENHA

Robert Louden: *Kant's Impure Ethics*. Oxford : Oxford University Press, 2000.

MARIA BORGES

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/CNPQ
Departamento de Filosofia
Caixa Postal 476 – Trindade
CEP 88040-900 – Florianópolis-SC
mariaborges@yahoo.com

Para aqueles que pensam ser Kant o baluarte do formalismo na moral, o livro de Robert Louden vem abalar esta crença. Motivo de alegria para os que consideram o formalismo um vício; motivo de tristeza para aqueles que o consideram uma virtude. Visto que faço parte do primeiro grupo, saúdo o livro de Robert Louden como um grande acréscimo ao comentário contemporâneo sobre Kant, o qual preserva seu espírito, ao mesmo tempo que o defende de interpretações equivocadas. Pode-se dizer que este livro seria equivalente a uma resposta póstuma do Kant a dois séculos de acusação de formalismo, insensibilidade e vazio de seu sistema moral. Tal crítica foi dirigida a Kant já por outros expoentes do idealismo alemão, tais como Schiller e Hegel, e retomada em várias versões por filósofos contemporâneos. Seria Kant aquele cuja doutrina moral é apenas um formalismo vazio, portanto inefetiva e impotente quanto a sua aplicação?

O livro de Louden vem mostrar que Kant apresenta, além de princípios puros, não empíricos, uma ética que não é pura. Esta parte foi denominada, pelo próprio Kant de “antropologia moral”, “antropologia prática”, “filosofia moral aplicada”. Estes termos referem-se ao estudo empírico do ser humano, que Louden denomina de *ética impura*, para contrastar com uma ética pura, que consiste em princípios *a priori*, não empíricos. Louden não nega que a parte pura da Ética nos dá o fundamento da filosofia prática kantiana e, portanto, é mais importante do que a parte “impura”. Contudo, o autor chama a atenção para o fato que Kant dedicou muitos dos seus escritos e aulas ao estudo empírico do ser humano, o qual seria necessário para a aplicação daqueles princípios.

No passado, nos alerta o autor, os filósofos entusiastas de Kant tendiam a ver o estudo empírico do ser humano como sem importância para uma teoria ética. Visto que não poderíamos derivar *dever* de *ser*, fatos empíricos sobre os seres humanos seriam irrelevantes. Por outro lado, os críticos de Kant rejeitaram sua filosofia, visto que esta seria

pura demais para reconhecer que o conhecimento sobre a natureza humana pode trazer importantes contribuições para a moralidade. Louden pretende refutar, neste ponto, tanto os amigos, quanto os inimigos de Kant, mostrando que ele concede valor ao estudo empírico do ser humano. A arte impura e a parte pura da ética kantiana são ambas necessárias e complementares.

A leitura da *Kant's Impure Ethics* é de grande valia para arejar e renovar os estudos kantianos, principalmente nos meios acadêmicos nos quais o termo *empírico* ainda é visto como um insulto. Nesses meios, a leitura correta de Kant seria aquela para a qual nada do que é empírico pode ter algum valor na filosofia prática. Estes kantianos, todavia, não estariam apenas desconsiderando parte importante da obra de Kant, como também fornecendo material para a crítica e a ironia em relação a uma filosofia prática cega às peculiaridades do ser humano e, portanto, à própria aplicabilidade de seus princípios.

O livro é dividido em seis capítulos. No primeiro, é feita uma exposição geral da relação entre ética pura e impura em Kant; os capítulos 2 a 5 apresentam o que Louden denominou de domínios da impureza (*fields of impurity*) e o último capítulo pretende reavaliar a filosofia kantiana a partir da reintrodução da impureza como parte essencial desta. Para compreendermos melhor o espírito do livro, faz-se necessário dizer quais os campos são apontados por Louden como *domínios da impureza*. São eles: educação, antropologia, arte, religião e história. Como podemos ver, não se trata do estudo fisiológico ou psicológico do homem, como bem já alertara Kant na *Antropologia do ponto de vista pragmático*, mas daquilo que o homem fez de sua natureza através do uso de sua liberdade. Assim, o estudo da pedagogia diz respeito à estratégia de educação moral através do treinamento das habilidades do julgar prático. Na *Antropologia*, novamente temos a importância da universalidade da ética kantiana, mesmo nos estudos dos subgrupos raciais e de gênero. Na arte e religião, veremos como a apreciação estética serve aos propósitos da moralidade e como as instituições religiosas auxiliam a construção de uma comunidade moral global. No capítulo que trata da História, é enfatizada a concepção de progresso histórico como um desenvolvimento em direção a uma sociedade cosmopolita.

Aqueles kantianos que se assustam com a mera menção dos termos *empírico*, *naturalismo* e *impuro* na ética, não teriam razões para tal aqui, já que a ética impura de Louden trata da forma como seres racionais sensíveis constroem sua natureza humana rumo ao aperfeiçoamento ético e das peculiaridades humanas que auxiliam ou impedem este desenvolvimento.

Louden não é, todavia, inconsciente desta possível estranheza por parte dos que defendem um estrito formalismo na ética kantiana. Ele mesmo se pergunta (p. 7) “como pode existir algo como uma ética empírica ou antropologia moral para um ferrenho antinaturalista como Kant, o qual escreve... que ‘moral não pode nunca conter nada mais do

que princípios puros *a priori* (visto que a liberdade não pode em circunstância alguma ser um objeto de experiência)”(*Erste Einleitung*, KU¹, 20:195)?

Ao mesmo tempo, Kant admite explicitamente que a antropologia moral é baseada na experiência, sendo o complemento de uma metafísica dos costumes (MS, 6: 217, 385, 406) Como conciliar a metafísica moral com a antropologia, sendo que ambas parecem necessárias para o projeto ético kantiano?

Começemos respondendo o *que a ética impura não é*. A ética impura não é um conteúdo empírico que deve ser misturado aos princípios *a priori*. Louden reforça a idéia de que há um dever indispensável de expor a parte pura de forma separada e completamente distinta da parte empírica da ética, pois, como Kant já enunciava na *Fundamentação*, uma teoria na qual a parte pura e empírica estão misturadas não merece o nome de filosofia moral, visto que tal mistura perverte a pureza da moralidade (G, 4:390). Os elementos empíricos também não são responsáveis pela obtenção dos princípios puros, ainda que às vezes possam ilustrar esses princípios, como nos exemplos da *Fundamentação*, onde humanos suicidas, filantrópicos, donos de mercearias ilustram a aplicação do princípio da moralidade. A ética impura é necessária quando da aplicação de princípios puros a circunstâncias empíricas, nas quais temos seres sensíveis racionais como agentes morais. Para que uma ação seja moral, contudo, o princípio puro, isto é, não empírico deve ser o fundamento de determinação da vontade.

Um dos pontos mais brilhantes da abordagem de Louden é a exposição de níveis de impureza da ética kantiana, visto que esta não é composta apenas por um nível puro e outro impuro, mas igualmente pelo nível dos princípios de aplicação do primeiro ao segundo e pela determinação de deveres específicos de seres racionais sensíveis.

O primeiro nível da ética kantiana seria a ética pura. Neste, conforme Kant afirma na *Crítica da razão pura*, “ética pura... contém apenas as leis morais necessárias de uma vontade livre em geral” (KrV, A 55). Neste nível de total abstração, nenhuma informação sobre a natureza peculiar do ser humano ou de outro tipo de ser racional é permitida. Contudo, nem a própria *Fundamentação* se enquadraria numa ética pura neste sentido mais estrito, visto que este texto fala de limitações subjetivas e obstáculos, bem como da forma como a lei moral deve ser recebida enquanto imperativo, o que não é válido para todo ser racional.

O segundo nível, próprio da *Fundamentação* seria denominado de *Moralidade para seres finitos racionais*. Aqui, nenhum dos princípios enunciados depende de informações específicas sobre a natureza e cultura humana, ainda que o imperativo categórico seja

¹ Serão utilizadas as seguintes abreviaturas, seguidas de tomo e página da edição da Academia: MS (*Metafísica dos costumes*), G (*Fundamentação*), KU (*Crítica da faculdade do juízo*), KpV (*Crítica da razão prática*), Anth (*Antropologia do ponto de vista pragmático*).

válido para agentes racionais finitos, conscientes do princípio moral, mas cujas inclinações opõem-se a este. Temos ainda um terceiro nível, representado pelo projeto da *Metafísica dos costumes*, cujo objetivo é determinar deveres morais para seres humanos como tais. A determinação dos deveres, enquanto deveres humanos, só é possível na medida em que conhecemos a constituição dos seres humanos (cf MS, 6: 217), conhecimento que requer algumas mínimas informações empíricas, as quais não entram no nível de especificidade do conhecimento de culturas, raças e gênero. Que informações empíricas seriam necessárias para a determinação dos deveres para os seres humanos? Louden responde, seguindo Kant, que deveríamos conhecer os instintos, inclinações, capacidades e faculdades de seres humanos, a fim de podermos aplicar a lei moral a este tipo de ser. Contudo, o projeto de determinação de deveres específicos para seres humanos ainda faz parte da metafísica, visto que o conhecimento empírico não é incorporado ao sistema (MS, 6:205). O estudo específico das peculiaridades humanas que ajudam ou dificultam o exercício da moralidade, será objeto de uma antropologia prática ou antropologia moral, conforme o texto afirma em vários momentos (MS, 6:217)

Qual o *locus* específico da antropologia moral? Curiosamente, Louden aponta para a uma série de textos e não diretamente, como se poderia esperar, para a *Antropologia do ponto de vista pragmático*. Os textos pedagógicos, junto com os textos sobre religião e história parecem ser o local apropriado para respondermos as questões da antropologia moral: Como os princípios devem ser ensinados aos seres humanos? Como instituições políticas, culturais e religiosas podem ser organizadas de forma a realizar os objetivos morais? Há aspectos específicos da era moderna que auxiliam o estabelecimento e desenvolvimento da moralidade? Quais são as paixões e inclinações que dificultam ou auxiliam a adesão aos princípios da moralidade? Ainda que sua primeira parte trate das faculdades do ser humano, a *Antropologia do ponto de vista pragmático*, é o lugar, segundo Louden de uma descrição mais específica de subgrupos dentro da espécie humana, o que implica um conhecimento empírico mais detalhado do que o necessário numa antropologia moral.

O grau mais específico do conhecimento empírico em Kant é dado quando nos perguntamos o que fazer numa determinada situação. A filosofia kantiana, como sabemos, não nos diz o que fazer numa situação determinada; neste sentido, já estamos aqui fora do sistema kantiano. Contudo ele se ocupa destas questões ao menos em dois textos. Nas *Lições sobre pedagogia*, na qual recomenda que o professor ensine um catecismo moral aos alunos, através de questões casuísticas. Tal prática serviria para o desenvolvimento da capacidade de julgamento moral nos jovens. Kant dedica igualmente algumas passagens da *Metafísica dos costumes* à casuística. Aí discute questões relativas a sexualidade, utilização de substâncias tóxicas, abuso de álcool e a correta medida de embriaguez permitida em

festas. Ainda que a casuística não seja uma parte da ciência ou uma doutrina moral, ela auxilia a prática do julgamento moral, necessária principalmente para a execução dos deveres imperfeitos.

O livro de Louden discorre sobre esses vários graus de impureza com maestria, elegância e conhecimento do texto kantiano. É altamente recomendável para todos que se interessam em adquirir uma visão global de Kant, sem se deixar aprisionar num formalismo estéril, que infelizmente tem sido a tradução de muitos críticos para a filosofia prática kantiana. Serve também aos defensores de Kant para os quais o termo *empírico* ainda provoca um certo mal-estar. Louden mostra que o empírico deve, não somente ser permitido, como desejável para a compreensão da aplicação de princípios morais ao ser humano.